

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: agosto de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico da Abag
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

A agricultura familiar deve contribuir para o crescimento econômico e sustentável no país - Sandra Fontella – Sítio Eletrônico do MDS – 04/08/2010	3
Bolsa Família faz criança progredir na escola e ter vida mais saudável – Sítio Eletrônico do MDS – 10/08/2010	3
IPEA apresenta resultados e desafios das políticas sociais – Sítio Eletrônico do MDS – 03/08/2010	5
Que agricultura familiar? - Antônio M. Buainain, Alberto Di Sabbato e Carlos Guanzioli – Valor On Line – 25/08/2010	6
Termina hoje inscrição grátis para beneficiários do Bolsa Família em curso de petróleo e gás – Sítio Eletrônico do MDS – 26/08/2010	8
“Brasil é modelo para o mundo em políticas sociais”, afirma presidente Lula – Sítio Eletrônico do MDS – 26/08/2010.....	10

A agricultura familiar deve contribuir para o crescimento econômico e sustentável no país - Sandra Fontella – Sítio Eletrônico do MDS – 04/08/2010

Brasília, 4 – O crescimento econômico e social do Brasil depende do fortalecimento da agricultura, da produção sustentável e da redução da pobreza. Esse foi o foco do debate do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que reuniu hoje, em Brasília, ministros e entidades ligados à agricultura e à pecuária.

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República destacou o desenvolvimento da agricultura familiar, responsável por 30% dos alimentos consumidos no país. Alexandre Padilha explicou que o Brasil precisa conquistar três objetivos para atingir o desenvolvimento sustentável: “a manutenção de ritmos sustentáveis de crescimento, a intensificação do processo de redução da desigualdade social e a manutenção e a ampliação da inserção internacional e soberana do país”.

É a primeira vez que o CDES inclui o tema da produção rural sustentável para o alcance de seus objetivos, além da educação e da inovação tecnológica.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, acrescentou que a segurança alimentar e nutricional depende do fortalecimento da agricultura familiar. “É fundamental que os agricultores familiares tenham condição de trabalho e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) faz é exatamente isso: compra a produção dos pequenos produtores, com preços justos, e faz com que eles possam se inserir no mundo econômico e social do trabalho, da valorização de sua labuta, na perspectiva do desenvolvimento sustentável”, disse.

Mais de cem mil agricultores participam do PAA. Por meio do programa, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) faz a compra da produção para doar a entidades socioassistenciais. No ano passado, os alimentos beneficiaram 13 milhões de pessoas.

Clique e ouça o boletim e rádio: [Agricultura familiar deve contribuir para o crescimento econômico e sustentável no país](#)

Bolsa Família faz criança progredir na escola e ter vida mais saudável – Sítio Eletrônico do MDS – 10/08/2010

Pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família divulgada em entrevista coletiva mostra que as crianças das famílias beneficiárias apresentam maiores taxas de matrícula escolar, progredem no sistema educacional e tomam mais vacinas. A pesquisa analisou dados de 11,4 mil domicílios em 269 municípios brasileiros, levantados entre setembro e novembro de 2009

A segunda rodada da Avaliação de Impacto do Bolsa Família trouxe resultados que reforçam a relevância do programa de transferência de renda do Governo Federal: as crianças das famílias beneficiárias apresentam maiores taxas de matrícula escolar, progredem no sistema educacional e tomam mais vacinas. Esses resultados foram apresentados durante entrevista coletiva, em Brasília, pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, nesta terça-feira (10/08).

Ter o Bolsa Família também faz com que as crianças, principalmente as meninas, se mantenham na escola e tenham melhor progressão escolar. O Programa aumentou a taxa de matrícula em 4,4 pontos percentuais na comparação entre os dois públicos (beneficiários e não-beneficiários). No Nordeste, essa diferença nas taxas de matrícula é ainda maior: 11,7 pontos percentuais. “O programa mudou a vida de milhões de famílias que hoje têm acesso à alimentação e condições de cuidar melhor da educação de seus filhos”, afirmou a ministra Márcia Lopes.

Além de permanecer mais na escola, os estudantes beneficiários do Bolsa Família apresentam progressão escolar seis pontos percentuais maior. Esse impacto é mais evidente entre as meninas com idade de 17 anos, em que a diferença chega a 28 pontos percentuais. Atualmente, o Bolsa Família acompanha a frequência escolar de 14,3 milhões de estudantes de 6 a 17 anos.

Para chegar a essas conclusões, o consórcio formado pelo Instituto Internacional de Pesquisa sobre Política Alimentares (IFPRI), sediado nos Estados Unidos, e pelo instituto Datamétrica, contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por processo de licitação internacional, analisou dados de 11,4 mil domicílios em 269 municípios brasileiros, levantados entre setembro e novembro de 2009. “A pesquisa mostra que menos crianças estão evadindo ou repetindo de série”, apontou o diretor do IFPRI, John Hoddinott, que veio ao Brasil apresentar os resultados do estudo.

A ministra observou que o Bolsa Família integra políticas fundamentais como a área de saúde e de educação. Por isso, ela considera que os resultados da pesquisa são positivos. “O Bolsa Família está contribuindo firmemente para atender as necessidades das milhares de famílias que são atendidas”, acrescentou Márcia Lopes.

A situação dessas famílias já havia sido avaliada em 2005, na primeira rodada da pesquisa, realizada pelo Cedeplar/UFMG. A segunda avaliação de impacto constatou melhorias em saúde e educação, quando se comparam famílias beneficiárias e aquelas não atendidas pelo Programa, com o mesmo perfil socioeconômico.

Proteção – O Bolsa Família teve impacto positivo na vacinação em dia, especialmente quando se observam os índices de imunização contra a poliomielite. A proporção de crianças beneficiárias que recebem a primeira dose contra a paralisia infantil, no período apropriado, foi 15 pontos percentuais maior do que nas famílias não beneficiárias. “Descobrimos com essas avaliações que, com o Bolsa Família, as crianças recebem a vacina na época certa (conforme prevê o calendário vacinal do Ministério da Saúde)”, explicou Hoddinott.

A pesquisa mostra ainda que esta situação não ocorre apenas em relação à primeira dose, mas também nas etapas subsequentes, atingindo até 25 pontos percentuais de

diferença no caso da terceira dose contra a Poliomielite. A vacinação tetravalente em dia também foi mais freqüente entre as famílias atendidas pelo Bolsa Família, numa diferença de 18 pontos percentuais na segunda dose e 19 pontos na terceira. O cartão de vacinação em dia está entre as condicionalidades do Programa.

Em relação aos cuidados durante o pré-natal, outra condicionalidade do Programa, as mulheres grávidas de famílias beneficiárias têm 1,5 mais consultas que as não beneficiárias. Apesar de 95% dos bebês já serem amamentadas nos dois grupos (beneficiários e não beneficiários do Programa), as crianças atendidas pelo Bolsa Família recebem o leite materno como único alimento até os seis meses de vida em percentual maior do que aquelas não beneficiárias. A proporção de crianças nutridas (peso adequado à altura) é 39 pontos percentuais maior em comparação com as não beneficiárias.

Isolando os impactos – O objetivo da avaliação de impacto, realizada em parceria entre o MDS, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), é isolar os efeitos do Bolsa Família sobre o seu público alvo. Esse tipo de pesquisa permite identificar se as mudanças observadas na vida dos beneficiários têm relação direta com a transferência de renda.

Nas entrevistas, 80% dos participantes disseram conhecer os critérios de elegibilidade para ingressar no Programa. Grande parte (90%) também demonstrou conhecimento sobre as condicionalidades de educação e saúde. Os entrevistados, beneficiários e não beneficiários, também disseram preferir a expansão do Programa em relação ao aumento do valor dos benefícios, se só houvesse recursos para uma dessas medidas.

O Bolsa Família, criado em 2003, atende hoje 12,6 milhões de famílias com rendimento mensal de até R\$ 140 por pessoa. Neste ano, o MDS investirá R\$ 13,1 bilhões no programa, com benefícios que variam de R\$ 22 a R\$ 200 de acordo com a renda familiar e a quantidade de crianças e adolescentes na residência.

]

IPEA apresenta resultados e desafios das políticas sociais – Sítio Eletrônico do MDS – 03/08/2010

Brasília, 2 - O secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Rômulo Paes, recebeu nesta segunda-feira (2) o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marcio Pochmann, que apresentou resultados de estudos recentes e falou de parcerias com o MDS para subsidiar, com pesquisas, os programas sociais.

Com base nos estudos "Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por Estado no Brasil" e "Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados", Pochmann ressaltou os avanços das políticas sociais. "São investimentos que o Governo Federal faz para o crescimento da economia."

Ele destacou que o Brasil caminha para a redução da extrema pobreza e precisará se preparar para os outros desafios. Projetando para 2030, alertou que o País terá um

aumento da população idosa e diminuição da população jovem. O que na sua avaliação prejudicará a formação de mão-de-obra no futuro. Além disso, salientou que o Brasil precisará de mais serviços para atender o número de pessoas acima de 80 anos.

Para o secretário executivo do MDS, é preciso também avaliar mais a participação dos imigrantes no País, já que o crescimento econômico está cada vez mais trazendo estrangeiros. Rômulo Paes comentou ainda que com a melhoria da qualidade de vida da população, os direitos sociais exigidos por ela são a ser outros. “Está ocorrendo mudanças de concepção do usuário e o Estado precisa atendê-las”. A reunião teve as presenças dos secretários do MDS Crispim Moreira (Segurança Alimentar e Nutricional) e Lúcia Modesto (Renda de Cidadania).

Dimas
Ascom/MDS
(61) 3433-1052

Ximenes

Que agricultura familiar? - Antônio M. Buainain, Alberto Di Sabbato e Carlos Guanzioli – Valor On Line – 25/08/2010

Agricultura familiar refere-se ao agricultor que não é necessariamente pequeno, mas onde a família realiza a gestão do empreendimento

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, foi resultado de luta política liderada pela **Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag)** em favor da inclusão dos pequenos produtores nas políticas agrícolas. De fato, em que pesem as disposições especiais em favor dos micro e pequenos, definidos pela área e nível de renda, vários estudos confirmavam as dificuldades de acesso desse segmento às políticas de crédito rural, de garantia de preços mínimos e de promoção da inovação tecnológica. O desenho e a operacionalização de um programa especial voltado para a agricultura familiar, como o Pronaf, exigiam uma definição clara tanto dos beneficiários como dos critérios objetivos para identificá-los.

Aos poucos o termo agricultura familiar foi se afirmando e passou a expressar, genericamente, o pequeno produtor, com todos os equívocos empíricos e conceituais associados a essa classificação, entre os quais destacamos alguns: 1) a identificação de pequeno com a área do estabelecimento, sem referência à capacidade de produção e ao fato de que em várias atividades é possível ser até muito grande em termos de produção e capital empregado e utilizar uma área de terra pequena; 2) a identificação do pequeno com a produção de alimentos básicos para o mercado interno, reproduzindo a segmentação equivocada entre mercado doméstico e externo, sem levar em conta a participação dos ditos pequenos na produção de vários produtos de exportação, como a própria soja, e de produtos não alimentares, como o tabaco, ambos no Sul do país; ademais, tampouco se considerava as então já evidentes mudanças na cesta de consumo alimentar do brasileiro; e 3) identificação do agricultor familiar com uma lógica produtiva dominada pela produção para subsistência e venda ocasional de excedentes.

Em 2000, participamos da realização do estudo "Novo Retrato da Agricultura Familiar", que mostrou a importância da contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento do país. O conceito e a delimitação da agricultura familiar então adotado procuravam aliar a ideia de uma agricultura sob gestão da própria família - que nos parece o traço essencial, talvez único, que a distingue da empresa capitalista - com a disponibilidade de informações do IBGE que permitisse fazer os cortes empíricos necessários para a focalização e operacionalização do Pronaf. Naquela concepção, a agricultura familiar aproxima-se da "family farm" dos EUA e do agricultor familiar europeu, que não são necessariamente pequenos, mas onde a família realiza a gestão do empreendimento e não administradores contratados.

Independentemente das intenções dos formuladores da política e das polêmicas, sempre intensas, sobre o conceito de agricultura familiar e sobre a melhor maneira para identificá-la, o fato é que a agricultura familiar adquiriu um status político próprio que se refletiu no recorte do que seria o universo da agricultura familiar.

Na prática, abandonou-se a tentativa de identificar categorias consistentes de agricultores a partir da forma e particularidades de organização da produção em favor de uma agricultura familiar construída politicamente. É nesse contexto que emerge a oposição entre agricultura familiar e agronegócio, bastante difundida nos últimos anos, e que chegou a ser objeto até mesmo de polêmicas entre os ministros da agricultura e do desenvolvimento agrário. Nada melhor que um inimigo externo, ainda que inventado, para criar coesão interna e fortalecer politicamente um grupo que é marcado por profunda diferenciação.

Temos insistido que essa falsa dicotomia de fundo maniqueísta, que procura difundir a imagem de um agricultor do bem e outro do mal, de um pequeno e cuidadoso com o ambiente em oposição a outro latifundiário, escravocrata e destruidor da natureza, não corresponde à realidade e em nada contribui para promover o desenvolvimento rural sustentável. Ao contrário, tem prejudicado em particular os resultados das políticas fundiárias precisamente por isolar os assentados das cadeias produtivas mais dinâmicas e dificultado a aplicação de políticas de transformação produtiva e integração comercial que são a base da experiência desenvolvimentista bem sucedida, no Brasil e em qualquer outro país.

O estudo "Novo Retrato da Agricultura Familiar" mostrava que a gestão familiar e a predominância do trabalho familiar são os traços unificadores de um universo extremamente heterogêneo - dividido nos grupos A, B, C e D, segundo o nível de renda -, que incluía desde milhões de produtores minifundiários muito pobres e pobres (Grupo D), até um grupo de produtores capitalizados (Grupo A), produzindo de forma integrada às cadeias produtivas mais dinâmicas, com produtividade elevada e nível de renda sustentável. Segundo aquela metodologia, a agricultura familiar era responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura e o grupo A por 50% da produção familiar. A reaplicação dessa mesma metodologia para o Censo de 2006 revela um aumento da participação da agricultura familiar no VBP agropecuário, de 37,9% para 40% entre 1996-2006, e a elevação da participação do Grupo A- que está integrado às cadeias dinâmicas da agricultura brasileira - de 50% para 67% do VBP da agricultura familiar. Confirma, portanto, sua heterogeneidade e a artificialidade da tentativa de dividir politicamente os agricultores brasileiros em dois grupos antagônicos.

Antônio M. Buainain é professor livre docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e consultor do convênio NEAD/IICA/UFF. (buainain@eco.unicamp.br)

Alberto Di Sabato é professor associado I da Faculdade de Economia/UFF e consultor do convênio NEAD/IICA/UFF. (alberto@economia.uff.br)

Carlos E. Guanziroli é professor associado II da Faculdade de Economia/UFF e consultor do convênio NEAD/IICA/UFF. (guanzi@ism.com.br)

Termina hoje inscrição grátis para beneficiários do Bolsa Família em curso de petróleo e gás – Sítio Eletrônico do MDS – 26/08/2010

Participante pode ganhar R\$ 300 para fazer capacitação. São 27.915 vagas em 13 estados. Para não pagar a taxa, beneficiário do Bolsa Família deve informar o Número de Identificação Social

Brasília, 26 – Encerram-se nesta quinta-feira (26) as inscrições gratuitas aos beneficiários do Bolsa Família para a seleção do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp). Para não pagar a taxa de inscrição, que varia de R\$ 24 a R\$ 60, os beneficiários do Bolsa Família e todos aqueles inseridos no Cadastro Único devem preencher a ficha de inscrição disponível na internet, na página do Prominp (www.prominp.com.br), marcar os campos solicitados e informar o Número de Identificação Social (NIS).

Os cursos, promovidos pela Petrobras, vão qualificar mão-de-obra e atender às demandas futuras da indústria nacional de petróleo e gás. Serão oferecidas 27.915 vagas, em 13 estados, para cursos gratuitos em categorias profissionais de níveis básico, médio, técnico e superior.

O beneficiário que não souber o seu NIS deve procurar um Centro de Referência de Assistência Social (Cras), um local de atendimento do Bolsa Família do município ou uma agência da Caixa Econômica Federal. Para solicitar o número, deve apresentar documento de identidade.

Para concorrer a uma das vagas oferecidas, o candidato deve ter idade igual ou superior a 18 anos, além de preencher os pré-requisitos do curso desejado. As inscrições podem ser feitas no site do Prominp (www.prominp.com.br), ou nos postos de inscrição credenciados, listados no edital. Outros postos serão criados no decorrer do período de inscrições e divulgados no site do programa. O processo seletivo será executado pela Fundação Cesgranrio.

O edital de seleção, publicado na terça-feira (17), no Diário Oficial da União (DOU), estende até 12 de setembro o prazo para os interessados se inscreverem. Para os cursos de nível básico, a inscrição custará R\$ 24,00. Nos níveis médio e técnico, R\$ 40,00. Para as categorias de nível superior, o valor será de R\$ 60,00.

As 27.915 vagas estão assim distribuídas: 20.601 para cursos gratuitos de nível básico; 5.188 para os de nível médio; 1.286 para o nível técnico e 840 para as categorias de

nível superior. Nos níveis médio e superior, há oferta de vagas para portadores de necessidades especiais em algumas categorias específicas. A duração dos cursos varia de 96 a 420 horas.

Serão oferecidas vagas para os estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo. [Veja aqui as 44 cidades onde haverá a capacitação e os cursos oferecidos](#)

Os candidatos aprovados que estiverem desempregados durante o curso receberão uma bolsa auxílio mensal no valor de R\$ 300 (cursos de nível básico), R\$ 600 (níveis médio e técnico) e R\$ 900 (nível superior).

A participação nos cursos não garante emprego aos alunos. O objetivo é melhorar a qualificação dos profissionais que serão, eventualmente, aproveitados pelas empresas privadas fornecedoras de bens e serviços do setor de petróleo e gás natural.

Todas as informações sobre os cursos oferecidos nessa etapa de seleção podem ser obtidas no edital, que já se encontra disponível para consulta e download, nos sites do Prominp (www.prominp.com.br) e da Cesgranrio (www.cesgranrio.br/org). Os jornalistas podem acessar essas e outras informações no site www.agenciapetrobrasdenoticias.com.br.

Mais Informações sobre a gratuidade de taxa de inscrição:

- para isentos, o período de inscrição será de 17 a 26 de agosto;
- não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição via correio ou via fax;
- o resultado dos pedidos será divulgado no dia 2 de setembro, no site da Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br) ou pelo telefone 0800 701 2028;
- se o pedido for validado, o candidato estará automaticamente inscrito. Se negado, a inscrição será cancelada e o candidato terá de fazer uma nova inscrição paga;
- poderá pedir isenção da taxa de inscrição quem possuir o Número de Identificação Social (NIS) e se declarar membro de família de baixa renda (compreende-se por “família de baixa renda” aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos);
- não há necessidade de envio de documentos para a Cesgranrio.

DATAS	EVENTOS BÁSICOS
17/8 a 12/9	Inscrições via internet no Portal do Prominp
17 a 26/8	Solicitação de inscrição com isenção de taxa
2/9/2010	Divulgação da relação de candidatos que tiveram a solicitação de isenção da taxa de inscrição deferida
2 e 3/9/2010	Prazo para contestação dos candidatos que tiveram a solicitação de isenção de taxa de inscrição indeferida
9/9/2010	Divulgação da relação de candidatos que tiveram a solicitação de isenção da taxa de inscrição deferida, após contestação
20/10/2010	Entrega dos cartões de confirmação de inscrição (via ECT)
21	Atendimento aos candidatos que não tenham recebido os

22/10/2010	respectivos cartões de confirmação
24/10/2010	Aplicação das provas
25/10/2010	Divulgação dos gabaritos das provas (via Internet)
26 a 27/10	Interposição de eventuais recursos quanto às questões formuladas e/ou aos gabaritos divulgados
18/11/2010	Divulgação dos resultados finais

Para mais informações sobre o edital, entre em contato com o atendimento da Cesgranrio (0800 701 2028) ou registre sua dúvida no site do Prominp, na seção Fale Conosco.

Acesse

o

[edital.](#)

“Brasil é modelo para o mundo em políticas sociais”, afirma presidente Lula –
 Sítio Eletrônico do MDS – 26/08/2010

Decreto assinado pelo presidente Lula institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que define a forma de gestão, financiamento, avaliação e controle social e busca assegurar o direito à alimentação adequada e saudável em todo o País

A luta para o Brasil acabar com a fome ganha mais um reforço. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta quarta-feira (25) ao lado da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, o decreto que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O documento define a forma de gestão, financiamento, avaliação e controle social e busca assegurar o direito à alimentação adequada e saudável em todo o País, conforme prevê a Constituição Federal e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan).

Durante o discurso, Lula destacou a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2003 e os programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que têm mudado a vida de milhões de brasileiros. “O Brasil é hoje modelo para qualquer política social a ser implantado em outros países”, disse o presidente, ressaltando ainda a prioridade que o governo federal dá a política social ao ter o maior orçamento de sua história - R\$ 39 bilhões em 2010.

O presidente Lula aproveitou a solenidade para reforçar o compromisso do seu governo com a participação social, que deixou de ser um simples adereço da democracia para se tornar de fato um método de gestão do Estado brasileiro. Com a participação popular na elaboração das políticas públicas, afirmou o presidente, foi semeada e fortalecida a

cultura democrática no País. “Aos poucos ela emerge e se consolida, e faz isso com uma força capaz de enfrentar e vencer todas as nossas vulnerabilidades. O mais importante é que essa mobilização conta com consciência própria, capaz de decidir o seu destino, sem subordinação.”

O presidente Lula acrescentou que “os que ainda desconfiam da participação popular e os que ainda desdenham dessa dimensão do desenvolvimento são os mesmos que torceram o nariz quando batizamos o nosso primeiro programa social com uma palavra até então vetada no vocabulário de certas elites brasileiras – a palavra fome. Ao lançarmos o Fome Zero, em janeiro de 2003, choveram críticas às políticas sociais voltadas para o combate à desnutrição e ao fortalecimento da agricultura familiar, pois dizia-se que a fome era uma questão menor na agenda nacional, que não deveria ser transformada em política de Estado.”

O presidente Lula destacou ainda que a injustiça social só será superada pela vontade coletiva da Nação, quando o bem-estar individual encontrará contrapartida no bem-estar de todos. Para ele, as políticas sociais são indissociáveis da retomada do desenvolvimento econômico e do fortalecimento da autonomia do povo. “A fome não leva nenhum ser humano à revolução, a fome leva a humanidade à submissão, porque a pessoa com fome é tangida para onde quer que ela seja tangida, e ela não tem praticamente nem poder para se mobilizar. Somos nós que temos que ir atrás das pessoas necessitadas e dizer que o Estado brasileiro existe”.

Integração - Para a ministra Márcia Lopes, que coordena a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), a assinatura do decreto é a afirmação que o País está vencendo a fome. “O Brasil já está vencendo a fome, diminuindo a desigualdade como sempre defendeu o presidente Lula”.

Também fizeram parte da mesa do evento, o presidente do Consea, Renato Maluf, o representante do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), José Gaziano, e o representante da FAO no Brasil, Elder dos Santos. A assinatura ocorreu na XVIII Reunião Plenária Consea, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, com a presença dos ministros Paulo Bernardo (Planejamento), Fernando Haddad (Educação), José Gomes Temporão (Saúde), Nilcéa Freire (Mulheres), Altemir Gregolin (Aquicultura e Pesca), Elói Ferreira (Igualdade Racial), Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), João Reis Santana Filho (Integração Nacional), Paulo de Tarso Vanucchi (Direitos Humanos), da filha de Josué de Castro, patrono do Consea, Ana Castro, de todos os conselheiros, embaixadores e parlamentares.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional vai articular e integrar programas de diversos setores, garantindo o acesso aos alimentos e à água, e respeitando os aspectos regionais, étnicos e culturais. Um dos focos de prioridade são os brasileiros em situação de insegurança alimentar. Os principais programas que a compõem são o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Cisternas e as iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar

Plenária - A reunião do Consea foi aberta de manhã pela Márcia Lopes. Durante o encontro, foi apresentado um balanço dos sete anos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do MDS. Nesse período, o PAA já aplicou R\$ 2,7 bilhões, incluindo

recursos dos orçamentos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a compra de 2,6 milhões de toneladas de alimentos, que foram distribuídas para a rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, montagem de cestas de alimentos e formação de estoques do Governo. Hoje o programa está presente em mais de 2,3 mil municípios de todos os Estados e beneficia milhares de agricultores.

Para o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Crispim Moreira, o programa tem grandes avanços. “Nós verificamos nesses sete anos uma diversificação da produção que advém dos agricultores familiares de assentamentos, quilombolas, aumento da renda das famílias, melhoria na dieta alimentar das entidades que compõem todo o nosso sistema de segurança alimentar sobretudo a nossa rede pública de equipamentos”.

[Veja o decreto.](#)
[Ouça o discurso.](#)

Dimas

Ximenes

*ASCOM/MDS
(61) 3433-1052*

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**
UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do Desenvolvimento Agrário



